

DE SHIRLEY A SHEILA: APONTAMENTOS PARA UMA DESCOLONIZAÇÃO DO JORNALISMO A PARTIR DA IMAGEM

Anelise Angeli De Carli¹

No dia 10 de junho de 2016, uma bala perdida matou um jovem na cidade do Rio de Janeiro. Mas quem foi notícia não foi ele, foi sua mãe. Sheila Cristina da Silva, 46 anos, 14 filhos, perdeu o terceiro. Passado o tiroteio, o corpo não foi recolhido pelo Instituto Médico Legal (IML). Enquanto esperava o procedimento de responsabilidade do estado, ela foi entrevistada pelo jornal O Globo (2016a). No vídeo, é possível ver que a conversa se dá ao lado do corpo do filho recém-morto. Sheila está visivelmente afetada, pois, num golpe típico do jornalismo policial sensacionalista, a gravação foi feita pouco tempo depois de ela ter chegado ao lugar do acontecimento. Enquanto este é o enquadramento dado no vídeo, na fotografia, o jornalista Pablo Jacob faz outra escolha. Nos dois retratos publicados pelo jornal, Jacob recortou somente o rosto de Sheila, em *close* e perfil. Nenhum elemento a mais do cenário importava, nenhuma profundidade de campo, somente o foco na pele manchada de sangue e no rosto marcado pela dor e, ao mesmo tempo, por uma digna serenidade.

Os moradores explicaram aos jornalistas que Carlos Eduardo, de 20 anos, foi atingido por uma bala perdida. O tiro alcançou o lado esquerdo do rosto do jovem (Globo, 2016b) – o mesmo lado fotografado do rosto de Sheila. A mãe não estava em casa, havia saído para ir ao mercado depois de passar a manhã recolhendo lixo para reciclagem, seu trabalho (Extra, 2016a).



Figura 1

Fonte: Pablo Jacob/Agência O Globo.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

A morte aconteceu na mesma manhã em que era realizada uma operação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio de Janeiro no Morro do Fallet, vizinho ao Morro do Querosene. Sheila e outros moradores enfatizaram para as equipes de reportagem que o jovem não tinha nenhum envolvimento com o tráfico de drogas (Extra, 2016c). Depois de peregrinarem por diferentes unidades do IML à procura do destino dado ao corpo do jovem falecido (Extra, 2016b), o enterro aconteceu somente em quatro dias, quando a mãe havia recebido doações suficientes para financiá-lo (Globo, 2016c).

A fotografia de Pablo Jacob estampou a segunda metade da capa da edição impressa do jornal O Globo do dia 11 de junho e durante a semana correu os noticiários do país e da América Latina. Dada a repercussão do caso, dias depois, a imprensa brasileira continuou acompanhando o caso. Sentada em frente ao IML (Globo, 2016b), Sheila contou aos repórteres a sua versão da história. A Folha publicou um depoimento em primeira pessoa, do qual destacamos as partes mais importantes.

Doeu demais ver o sangue do meu filho derramado. Aquele sangue era meu. Fiquei tão revoltada que passei o sangue do meu filho no rosto. Ali, naquela hora, não tinha mais medo de nada, da polícia, da morte. Minha vida já estava destruída [...]. Fazem isso porque a gente é preto e desdentado (Folha, 2016).

Num comentando texto, Eliane Brum (2016, s/p) comparou o caso de Sheila, a partir de sua fotografia, à arte canônica.

[...] a pietà negra do Brasil atravessou o esvaziamento das palavras. [...] Por um efêmero instante, que já começa a passar, a morte de um jovem negro e pobre em uma favela carioca virou notícia. Sua mãe fez dela um ato. Não fosse vida, seria arte.

A metáfora é um recurso estilístico tradicional da literatura, incluindo o jornalismo; mas não é recurso exclusivo do verbo – o fotojornalismo também metaforiza. A metáfora então é uma figura de linguagem geralmente bem aceita no campo jornalístico devido à lógica de que o enquadramento dessa forma literária e narrativa conseguiria “transformar, quase instantaneamente, um acontecimento em notícia”, como um “símbolo de condensação” (Traquina, 2002: 200-201).

O recurso, no entanto, foi criticado por ativistas do movimento negro brasileiro. A comparação do sofrimento real de uma mãe a uma construção artística reduziria a carga política da tragédia, transformá-lo-ia em belo, palatável: angustiante sim, mas digerível. Além disso, segundo as críticas², a necessidade de relacionar a outra narrativa àquela retratada pelo fotojornalismo denunciaria o descaso com o sofrimento dos sujeitos reais, esses do cotidiano próximo, a ponto de eles precisarem da ajuda da mitologia cristã para ganharem relevância no debate público. No entanto, o retrato de Sheila não foi alvo de críticas. A foto foi divulgada pelas redes sociais online ilustrando campanhas de denúncia antirracistas. Diferente da mal-vista comparação em forma de palavra de Eliane Brum, a fotografia continuou operando com força. Ou seja, não foi tomada em seu estatuto metafórico, mas fenomenológico.

Parece-nos que o que está em jogo nessa discussão é a normatização e a invisibilidade. A crítica do movimento negro é uma crítica que pergunta até quando o padrão da arte canônica branca vai servir de referência e tradução para tornar o sofrimento de Sheila visível. É uma crítica que evidencia sujeitos que estão na nossa memória discursiva, as representações da história da arte européia; e os que não estão, jovens negros mortos diariamente nas periferias do país. No mínimo evidenciaria a necessidade de pensarmos sob que balizas os critérios jornalísticos selecionam acontecimentos noticiáveis. Isto é, se junto as critérios de noticiabilidade (Traquina, 2002) também não está embutido uma pedagogia da branquidade (Giroux, 1999).

Para além da necessária discussão acerca das condições de vida dos brasileiros que vivem à margem da proteção policial, da violência cotidiana que abala a história de vida de milhares de famílias pobres diariamente, nos interessa neste momento atentarmos para o caso de Sheila no que tange à sobrevivência do seu retrato. Num caso raro da imprensa de referência diária no Brasil, a proliferação de debates sobre o retrato de Sheila nos parece um caso icônico, muito porque, até pouco tempo atrás, a aparição de pessoas negras em retratos fotográficos não era sequer uma possibilidade técnica.

² As críticas foram relatadas em conversa pessoal com a autora.

A ideologia invisível da técnica

Até meados dos anos 1950, o balanceamento de cor para a revelação de filmes fotográficos se utilizava de um cartão de referência. O cartão nada mais era que uma fotografia colorida impressa. Não só os laboratórios de fotografia, mas também a televisão possuía seus “cartões Shirley”. Shirley era o nome de uma modelo que posou para um retrato de um dos cartões da Kodak (Roth, 2009) e que serviu para batizar nas décadas subsequentes todos os cartões de calibração de tom, de diferentes empresas, com diferentes modelos. O caso Shirley é emblemático para pensar as questões raciais e a indústria da representação visual, afinal, uma das cores que este cartão balanceava era, é claro, a cor da pele. Os primeiros cartões Shirley eram sempre retratos de mulheres brancas acompanhadas por elementos de cores vibrantes. Foram utilizados por décadas como padrão de balanceamento de cor nas máquinas de revelação.



Figura 2

Fonte: Reprodução/Eastman Kodak Company (Roth, 2009).

Segundo Roth (2009), foi somente quando a fotografia chegou a públicos não-caucasianos nos Estados Unidos que se perceberam claros problemas na reprodução fotográfica de pessoas negras, quase sempre sem detalhes nos rostos e com o tom da pele possuindo muito contraste em comparação à cor dos olhos e dos dentes. Promovendo uma série de entrevistas com antigos laboratoristas da Kodak, a socióloga

concluiu que este defeito técnico não era fruto somente de uma falta de elementos químicos próprios da impressão de cor, mas, sim, de uma clara seleção a respeito de que cores eram necessárias para o público-alvo da empresa fotográfica norte-americana.

De uma perspectiva mais técnica, as evidências foram se acumulando no sentido de dizer que a razão para estas deficiências é que a indústria química de filmes, os procedimentos de laboratório fotográfico, as técnicas de balanço de cor na televisão e nas câmeras digitais em geral eram originalmente desenvolvidos com a pressuposição global da "Branquitude" [...]. (Roth, 2009: 117, tradução nossa) ³.

Ao contrário do que se costumava acreditar na época – e não se pode continuar acreditando agora, um paradigma purista de ciência –, também a química não uma criação independente de rastros culturais. Utilizando o conceito de inconsciente tecnológico de Franco Vaccari, Roth (2009: 118) quer dizer que a tecnologia não é desassociada de uma, por assim dizer, ideologia. Os filmes fotográficos poderiam ter sido mais sensíveis a tons de amarelo, marrom e vermelho, mas esses pigmentos não faziam falta para a demanda prevista, canadense e norte-americana branca.

Roth (2009) explica que, mesmo que as mudanças químicas nos cartões de balanço de cor tenham começado a acontecer na transição dos anos 1960 para 1970, isso não guarda relação com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos daquele período.

Houve alguns conflitos econômicos entre a Kodak e seus trabalhadores nos anos 60, muitos dos quais eram afro-americanos, mas a qualidade da produção da fotografia não foi contestada de forma organizada pelas comunidades negras, pelo menos até onde pude investigar. É mais provável que, na época, fosse assumido pelo público que tais coisas foram baseadas na ciência e não poderiam ser mudadas, e assim batalhas foram travadas em questões de economia, pobreza, e outras questões de direitos civis que eram de maior prioridade às comunidades afro-americanas e afro-canadenses (Roth, 2009: 120, tradução nossa) ⁴.

³ No original, "*From a more technical perspective, evidence has been accumulating that the reason for these deficiencies is that film chemistry, photo lab procedures, video screen colour balancing practices, and digital cameras in general were originally developed with a global assumption of "Whiteness"*".

⁴ No original, "*There were some economic conflicts between Kodak and its labourers in the 60s, many of whom were African-Americans, but the quality of the photo product was not contested in an organized manner by the Black communities, as far as I could discover. It is more likely that at the time, it was assumed by the public that such things were based on science and could not be changed, and so battles were fought on issues of economics, poverty, and other civil rights matters that were of higher priority to the African-American and African-Canadian communities*".

O melhoramento de reprodução e de captura⁵ dos tons de marrom nos filmes da Kodak só aconteceu devido a demandas de mercado: reclamações vindas de fotos de formaturas (onde alunos negros e brancos apareciam com contraste radicalmente diferente) e de fabricantes de chocolate e de madeira (que não conseguiam produzir fotografias para catálogos com marrons perceptivelmente diferentes para seus produtos). Além disso, o melhoramento dos tons de branco também aconteceu devido ao interesse da empresa de chegar ao mercado japonês para competir com os filmes da Fuji – o tom de pele dos japoneses pedia uma variação mais sutil para as matizes mais claras (Roth, 2009).

A interpretação de Roth é reveladora para dimensionarmos o problema de tomar a ciência como uma atividade desvinculada de ideologia ou, mais acertadamente, de perspectiva. Na esteira dessa investigação, Roth (2009: 127) aponta para a necessidade de desenvolvimento de uma equidade cognitiva (“*cognitive equity*”), isto é, uma descolonização visual deflagrada pelo investimento numa visão multicultural e multirracial nas tecnologias e nos seus produtos – pois, embora importante, a conquista de leis e políticas não são o bastante para instigar mudanças na percepção sociocultural da maioria das pessoas.

Realidade negra, ciência branca

É na virada nos anos 1950 para os 1960 que aparecem os primeiros escritos sistemáticos de uma “nova filosofia da ciência” (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016). Estas novas concepções epistemológicas surgem na esteira da crítica feita por Karl Popper nos anos 1930 a respeito do problema da indução na produção de conhecimento que se valia de um “empirismo realista ingênuo” (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016: 27). Isto é, resumidamente, uma perspectiva de ciência embasada no entendimento de que o mundo objetivo está fora dos observadores e por isso mesmo sujeito à observação e à dedução de explicações consensuais. Mesmo que até o século XX se tenha avançado no sentido de possibilitar às Ciências Sociais certo campo de estudos relativamente independente dos dogmas lineares das ciências naturais – seu “objeto”, o fenômeno social, desde o início foi considerado de *outra natureza* –, segundo a compressão contemporânea, é

⁵ Infelizmente não é preciso ir tão longe na história para discutir a respeito dos padrões de normalidade na indústria de tecnologia visual: há poucos anos, os mecanismos de reconhecimento automático de rostos da HP não “viam” pessoas negras (Simon, 2009) e o logaritmo do Google relacionou automaticamente um retrato de pessoas negras à palavra *gorilla* (Zhang, 2015).

preciso refletir a respeito dessa cisão entre ciências sociais e naturais, pois hoje não sabemos mais em até que ponto seus temas de estudo são realmente dissociáveis (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016).

A naturalização de uma ideia de conhecimento disciplinar pode, por exemplo, impedir que pensemos o problema do racismo quando o tema de estudo são as possibilidades tecnológicas da fotografia. Os estudos na contemporaneidade se tornaram mais complexos, quer dizer, mobilizam diferentes conhecimentos – e vale dizer ainda que “[...] não foi a ‘realidade’ dos objetos que se tornou mais complexa, mas o próprio avanço do conhecimento que desvelou níveis crescentes (talvez infinitos) de complexidade” (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016: 36, grifos dos autores). Mais especificamente sobre o tema do racismo, é por esse mesmo motivo que Crenshaw (2002) alerta para a necessidade de uma mirada interseccional na prática dos direitos humanos. Algumas condições discriminatórias se sobrepõem de modo a provocar para certas pessoas uma dupla ou tripla condição de subalternidade, relativas a sua condição social, de gênero, étnica, se ela pertence ao norte ou ao sul do mundo. Se o avanço crítico das epistemologias, a chamada crise paradigmas, nos fez perceber que a dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais (mente/corpo, natureza/cultura) já não fazia mais sentido, o momento recente da discussão sociológica adiciona – com as chamadas perspectivas pós-coloniais, descoloniais ou epistemologias do Sul Global – coloca em cheque as condições de manifestação desta mente-corpo.

Levar em consideração o contexto de fala dos sujeitos, inclusive os intelectuais, nos permite exercitar um deslocamento epistemológico, pensar a partir de uma perspectiva que não é a mesma que embasou a construção das ciências clássicas, a de um anulamento da história. É um apagamento de rastros, uma invisibilização dos discursos de poder em ação. Em última instância, é a mesma crença que mobiliza a ideia que por muito tempo esteve em ação (Giroux, 1999) de que os brancos não estão inscritos em nenhuma categoria racial ou, melhor dito, que resguarda a condição de racialização somente a indivíduos de certos grupos étnicos e não a todos. Uma “pedagogia da branquidade” ajudaria a colocar em perspectiva esses “[...] mecanismos retóricos, políticos, culturais e sociais pelos quais a branquidade é inventada e usada para mascarar seu poder e privilégio” (Giroux, 1999: 105). É preciso, portanto, para discutir sobre as condições da racialização assumir também a branquitude como

etnicidade, tirando-a de uma condição inexistente, ou melhor, invisível e, por isso, normativa (Giroux, 1999).

Embora a segregação racial não seja uma estrutura prevista legalmente há pouco mais de um século na história do Brasil, é flagrante a desigualdade material com a qual se confrontam e se condicionam as existências de homens e mulheres negros brasileiros. Em diversas questões socioeconômicas, como apontam os últimos levantamentos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada, os negros estão sobrerrepresentados na categoria social da pobreza (Henriques, 2013). Mas este não é somente um dado estatístico, é preciso ressaltar certo prolongamento de sentido entre classe e etnia no Brasil devido a questões histórias e construções culturais de sentido “[...] seja na mentalidade popular, seja no pensamento erudito” (Guimarães, 2012: 71). O que Antonio Sérgio Guimarães (2012) enfatiza é que o prolongamento de sentido entre as duas categorias não é somente um dado que habita os discursos brasileiros, mas é mesmo uma forma de olhar e de se relacionar com o outro a partir desse pressuposto. “[...] há uma equivalência entre preto e pobre, por um lado, e branco e rico, por outro” (Guimarães, 2012: 70-71).

Embora a ideia de raça já há algum tempo tenha sido tomada como uma discussão imprópria – destacadamente desde o início da desconstrução pós-moderna das identidades (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016: 45) –, as perspectivas pós-coloniais e descoloniais nas Ciências Sociais encorajam a retomada deste debate no sentido de enfrentar realidades que resistem a essa ruptura epistemológica. No entanto, as discussões a respeito de raça e racismo não retornam devido a um fenômeno imperativo, que irrompe das abstrações do discurso para manifestar-se em carne, nos corpos dos sujeitos racializados em sua experiência de vida. Para esta perspectiva, uma pesquisa em ciências sociais deve romper com a postura metodológica observacional e também analítica. As diferentes teorias pós-coloniais têm por finalidade tirar as consequências do simples, mas necessário apontamento de que “toda enunciação vem de algum lugar” (Costa, 2006: 117). Na esteira das contribuições trazidas pela sociologia do conhecimento (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016), os estudos pós-coloniais alertam que a utilização de modelos de produção de conhecimento, e até a escolha de temáticas debatidas pela ciência, reproduzem uma relação colonial (Costa, 2006). Isso significa que, ao normalizarem certos pressupostos epistemológicos advindos de uma cultura

específica, invisibilizam tanto sua condição de construção quanto as outras diversas construções possíveis.

É nesse sentido que Marcio Goldman (2015) retoma, por exemplo, uma crítica de Roger Bastide ao afirmar que o que se escreveu na etnografia brasileira foi principalmente através de um debate dependente da presença do elemento “colonizador”. Ou seja, lemos a história de africanos e indígenas no Brasil sempre a partir de sua relação com os brancos – mesmo que sobre aspectos críticos da história da colonização e do genocídio europeus na América. Muito embora possamos pensar a identidade como o reconhecimento mútuo do sofrimento (Hooks, 2004: 49), a questão específica proposta por Goldman seria refletir sobre com que outro genocídio epistemológico estamos também corroborando ao não estudarmos também como se deram as interações culturais entre sujeitos para além de sua condição de “colonizados” – uma condição travada em relação ao elemento branco. Goldman (2015) aponta para a necessidade de pesquisar a relação entre africanos e indígenas no Brasil, tendo como horizonte sua condição total de sujeitos que se encontram e não somente naquilo que possuem em comum como povos explorados pela colonização europeia da América. Isso também seria colonizar, ou seja, reduzir a um espectro de perspectiva possível, a ciência.

Como alerta Quijano (2009), o fim da relação de estado colonial não acabou com as relações de poder entre os antigos senhores e as populares colonizadas, pelo contrário, se proliferou como um estilo diferente de dominação, a colonialidade do poder. O colonialismo projetou-se a partir de um modelo político-econômico e resistiu à sua falência, alterando seus modos de efetivação para dar prosseguimento um projeto de autoridade do conhecimento, principalmente o científico (Mudimbe, 2013). O esforço dessa discussão, portanto, se direciona no sentido de compreender a situação retratada de Sheila para além de um “etnocentrismo epistemológico” (Mudimbe, 2013: 32), quer dizer, não explicar a ação do outro a partir das possibilidades teóricas que me são familiares (neste caso, os critérios de noticiabilidade do jornalismo de referência), mas acionar, de fato, uma virada epistemológica, crendo que é possível e suficiente compreender um acontecimento com as balizas que foram oferecidas pelo outro sujeito em questão, num exercício intelectual de alteridade.

Apontamentos para um fotojornalismo descolonizado

Há algum tempo, teóricos da imagem têm se esforçado em tentar descrever de que maneira a imagem pode ser pensada como um modo específico de produção de sentido, diferente dos modos de funcionamento do discurso verbal. Gottfried Boehm (2015: 23) resume essa condição ao dizer que “a lógica das imagens [...] é uma lógica da mostração”. Diferente do modo operativo do *logos*, a imagem prescinde da coerência, é equívoca, conduz a sentidos diversos e conflitantes – muito embora possa passar sentidos que não seriam passados de modo inteiro através da linguagem [verbal] (Boehm, 2015: 29). As discussões da teoria da imagem costumam se desenvolver dentro dos estudos de História da Arte, de modo que para pensar a fotografia e ainda o fotojornalismo, precisamos levar em consideração as especificidades particulares desse campo e seus modos de exercício na imprensa. Para guiar nossa reflexão, vamos lançar mão de alguns apontamentos a respeito das teorias da imagem, do imaginário e do jornalismo, no sentido de aproximar o caso Sheila de um problema de descolonização imagética⁶.

A potência do fotojornalismo em relação ao texto jornalístico pode ser explicada por, novamente, uma metáfora: “[...] a fotografia jornalística é equivalente a uma citação direta” (Lima, 2015: 14). Se formos nos prender a uma discussão formalista da fotografia, podemos dizer que ela é um registro tanto quanto também o é a escrita e o desenho rupestre, somente segundo diferentes códigos, linguagens e realidades. A abordagem rumaria, então, para uma análise da superfície fotográfica, que coloca em questão o conteúdo representado – um rosto feminino, negro, manchado, sem cenário. Se utilizarmos como balizas para a problematização os critérios clássicos da fotografia (Dubois, 2012), pensaríamos sobre o momento do corte em relação ao tempo e ao espaço contínuo e as escolhas do fotógrafo, o que utilizou de elementos de composição para *falar sobre* o tema em questão.

⁶ Sabemos, no entanto, que é necessário bastante cuidado no que tange à discussão teórica que conjugaria perspectivas pós-colonialistas e teorias do imaginário de cunho antropológico. É sabido que o pós-colonialismo comunga de uma anti-metafísica de filiação derridardiana. Ou seja, a proposta é reduzir ao máximo possível a ontologia que nos baseia para permitirmos que aquilo que acontece em campo fale mais alto, faça acontecer o sentido. No entanto, é de se pensar se o princípio epistemicida também não apontaria para um posicionamento teórico-ferramental, tanto quanto aquilo contra o que se pronunciou, numa crítica à historicidade do logocentrismo.

O problema é que esse poder de atestação da fotografia por vezes ajuda a enclausurar o debate dentro das especificidades da técnica. O próprio Flusser (2011) alerta para a magicização inerente à imagem. Para ele, a imagem opera numa relação mágica de sentido: ela nos faria perceber, presentes na guerra do Líbano, a mesma guerra que já vimos anteriormente numa fotografia (Flusser, 2011: 74). Essa é a lógica flusseriana do funcionário de aparelhos; o sujeito que, inebriado pela técnica, não mais a decodifica. Essa imagem da qual fala Flusser está muito mais próxima da imagem como enganação, fantasma sobre o real, “senhora dos erros e da falsidade”, como pontuou Blaise Pascal (Durand, 1997: 21). Esta é uma perspectiva sem dúvida válida para o exercício da prática fotográfica, mas não nos parece suficiente para pensar como é a nossa proposta nesse momento, a partir de um deslocamento descolonial.

A fotografia de Sheila não é um eufemismo, a não ser que esteja sendo tomada somente em sua faceta representacional. Caso fosse tomada como uma metáfora em relação à condição da mulher negra brasileira de periferia poderia ingressar no mesmo espectro de crítica que entrou a comparação literária com a Pietà de Michelangelo. A fotografia de Sheila não se reduziu a uma operação linguística da imagem⁷, pelo contrário, resistiu ao sentido que lhe foi imposto através da manchete, da coluna, e acompanhou também textos de outras naturezas. Podemos pensar, ainda, que isso aconteceu simplesmente porque de nada adianta a “demolição crítica” do poder das imagens (Mitchell, 2015: 170), que geralmente redundam numa lógica de escrutínio semiótico ou de manipulação ideológica; elas resistem. Se tomarmos a produção de sentido em fotografia como um problema lingüístico (colonizando-a), ela não poderia nada além do que pode o verbo, e quem sabe poderia até menos – pois não opera com os elementos próprios da língua, a coesão e a coerência, o sentido próprio e figurado.

Interessa enfatizar que essa imagem da estamos falando é sinônimo de símbolo e totalmente diferente de imagem visual, a imagem técnica, decodificável. A confusão conceitual não é mero acaso, mas sintoma de que há um triunfo do signo sobre o símbolo, um problema de sinônimos entre sentido e significado, processo “[...] no qual o semântico se [...] endurece em semiológico, no qual o pensamento se coalha e se formaliza” (Durand, 1997: 415). Quando Gilbert Durand (1998) faz a crítica ao processo histórico do iconoclasmo europeu, denuncia um progressivo formalismo do sentido. Sua crítica caminha no sentido de apontar que o progresso do método analítico

⁷ Que curiosamente chamamos “figura de linguagem”.

como única forma válida de acesso ao conhecimento, segundo os cânones acadêmicos modernos, acompanhou a expulsão da imagem como categoria epistêmica – trabalho no qual esteve envolvida não só a universidade, mas também a filosofia, a igreja e a retórica. A imagem retorna à discussão intelectual e pública com a noção de inconsciente freudiana, mas não foi sem cicatrizes que a imagem voltou a fazer-se presente; ela foi minada pelos *caprichos* do discurso (Durand, 1997: 413). Com isso, o antropólogo quer dizer que o sentido próprio é somente um caso do sentido figurado, ou ainda, que a racionalidade é uma das formas que a imaginação assume (Durand, 1998). Diante de uma imagem que nos toca⁸, somos afetados, posteriormente racionalizamos a afetação que nos foi causada – inserindo nessa relação fenomenológica entre sujeito e cultura (quaisquer que sejam as fronteiras criadas com a natureza) uma mediação do sentido.

É assim que nos parece mais razoável compreender a fotografia de Sheila como um fenômeno de imagem na acepção do termo para a arquetipologia do imaginário: uma experiência fantástica, complexa de sentido, ou mesmo simbólica, nas palavras de Durand (1997). De maneira diversa da interpretação da imagem como fantasma inebriante ou manipulador, Durand (1995) afirma justamente o contrário, dizendo que os sujeitos inerentemente operam a lógica das imagens, pois ela é uma condição do humano. A questão nos parece particularmente interessante porque, neste momento, partiu de Sheila a escolha de transformar um evento em acontecimento. A performatividade foi protagonizada por ela que obrigou os jornalistas e o fotógrafo a acompanharem-na.

Talvez para os valores de noticiabilidade jornalística tradicionais (Traquina, 2002), Sheila e seu rosto ensanguentado não fossem mais do que um fato notório pela raridade do acontecimento. No entanto, a nossa suposição é que Sheila, ao produzir esse acontecimento – também jornalístico – operou deliberadamente com este código, e não somente com ele. O que estava em jogo para Sheila, para além da presença de repórteres e câmeras fotográficas, era a possibilidade de ser enxergada do outro lado da câmera. Sheila conjugou seus verbos, fez suas escolhas e transformou seu corpo em mensagem, sem precisar, no entanto, de código. Apesar de depois ser extensamente entrevistada, como raras vezes acontece em casos policiais semelhantes, naquele primeiro momento, ela atalhou direto para a imagem.

⁸ Que nos *olha*, segundo acepção de Didi-Huberman, ou que *deseja*, segundo Mitchell.

Este é um acontecimento jornalístico possível num contexto em que as pessoas entendem os modos de fabricação dos jornais e Sheila certamente pôde dimensionar a importância de seu gesto em frente a jornalistas. Esta dupla relação só pode ser vista dessa maneira se colocarmos Sheila num mesmo patamar de potência que os sujeitos da imprensa. Seus modos de explicação do mundo ganham espaço e relevância para a imprensa a partir do momento em que ela não é somente um sujeito do qual se fala na notícia, um objeto do discurso jornalístico. É a construção de outro espaço para esse sujeito sobre o qual antes só se falava.

Sheila é mais uma mãe que sofre pela falta de amparo do estado brasileiro. Ela é, ao mesmo tempo, singular, é a mãe que num rito pessoal abriu espaço para sua narrativa nas páginas do jornal. Frente a uma história técnica de apagamento dos sujeitos negros, ao lado de uma representação estereotipada de pessoas racializadas nas notícias policiais, ela rompe com todas as barreiras de uma vez só com um simples e doloroso gesto, ao recolher do corpo do filho o *seu próprio* sangue. É justamente por ser essa contradição que a imagem dessa fotografia tem pregnância simbólica.

Para discutir a relação da fotografia com uma perspectiva pós-colonial, nos parece necessário alertar para os aspectos de uma arqueologia da técnica, que ajudaria a por em evidência as tramas de sentido no qual estariam atreladas o retrato de uma mulher negra na capa de um jornal brasileiro. Ao mesmo tempo, seria necessário discutir os modos de efetivação dessa imagem no imaginário brasileiro, que ajudariam a entender a proliferação dessa fotografia em território nacional. É adicionando esta segunda parcela de discussão que nos parece viável colocar em consideração também o ato de Sheila, e não tomá-lo como representação, num esquema historiográfico das fotografias de jornal de pessoas negras. Tomar com seriedade a efetivação do sentido do ato de Sheila, que nos foi comunicado através de fotografia, aponta para uma necessidade de aproximação entre a discussão do imaginário e do pós-colonialismo.

Referências

- BOEHM, Gottfried. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emmanuel (Org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 23-38.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 2012.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- _____. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- GIROUX, Henry. Por uma pedagogia e política da branquidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 97-132, jul. 1999.
- GOLDMAN, Marcio. “Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11058/1968>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- HOOKS, bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2004, p. 33-50.
- LIMA, Cristina Schroeder de. A tecitura do tempo na fotografia. *Anais do XXXVIII Intercom*. Rio de Janeiro, 2015, p. 1-15. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3367-1.pdf>.
- MITCHELL, W.J.T. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (Org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 165-189.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013, p. 9-41.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.
- RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro; ANJOS, José Carlos dos. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da Ciência contemporânea. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, jan/abr 2016, p. 24-53.
- ROTH, Lorna. Looking at Shirley, the ultimate norm: colour balance, image technologies, and cognitive equity. *Canadian Journal of Communication*, v. 34, 2009, p. 111-136.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

Matérias de jornal e colunas

- BRUM, Eliane. O golpe e os golpeados - A barbárie de um país em que as palavras já não dizem. *El País Brasil*, 20/06/2016. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html. Acessado em: 28 jan. 2017.
- EXTRA. 2016a. Jovem de 20 anos morre ao ser baleado durante confronto no Fallet. *Jornal Extra*, 10/06/2016, Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/jovem-de-20-anos-morre-ao-ser-baleado-durante-confronto-no-fallet-19482847.html#ixzz4EKrxuo9a>. Acessado em: 28 jan. 2017.

- EXTRA. 2016b. Família de Carlos Eduardo percorre unidades de IML no Rio à procura de corpo. *Jornal Extra*, 11/06/2016. Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-carlos-eduardo-percorre-unidades-de-impl-no-rio-procura-de-corpo-19487607.html>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- EXTRA. 2016c. 'Destruí minha vida', diz mãe que passou sangue do filho morto no rosto. *Jornal Extra*, 13/06/2016, Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-ainda-pede-ajuda-para-enterrar-corpo-de-jovem-morto-em-favela-no-rio-19490514.html>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- FOLHA de S. Paulo. 2016. Depoimento a Alfredo Mergulhão. 'Aquele sangue era meu', diz mãe que viu filho morto em favela do Rio. *Folha de S. Paulo*, 14/06/2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1781568-o-sangue-era-meu-diz-mae-que-viu-filho-morto-em-favela-do-rio.shtml>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- GLOBO. 2016a. Moradores do Morro da Mineira fazem protesto no Rio Comprido após morte de jovem. *O Globo*, 10/06/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-do-morro-da-mineira-fazem-protesto-no-rio-comprido-apos-morte-de-jovem-19482166>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- GLOBO, 2016b. 'Ele era a continuação do meu viver', diz mãe de jovem morto no Querosene. *O Globo*, 13/06/2016. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ele-era-continuacao-do-meu-viver-diz-mae-de-jovem-morto-no-querosene-19495289>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- GLOBO. 2016c. Mãe vai sepultar filho morto no Morro no Querosene com dinheiro doado. *O Globo*, 14/06/2016. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mae-vai-sepultar-filho-morto-no-morro-do-querosene-com-dinheiro-doado-19498733>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- SIMON, Mallory. HP looking into claim webcams can't see black people. *CNN*, 24/12/2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/TECH/12/22/hp.webcams>. Acessado em: 28 jan. 2017.
- ZHANG, Maggie. Google Photos Tags Two African-Americans As Gorillas Through Facial Recognition Software. *Forbes*, 1/07/2015. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/mzhang/2015/07/01/google-photos-tags-two-african-americans-as-gorillas-through-facial-recognition-software>. Acessado em: 28 jan. 2017.

Recebido em: 31/01/2017.
Aprovado em: 03/04/2017.